

PRESERVAÇÃO DA FAUNA SELVAGEM EM REGIÕES SEMI-ÁRIDAS

João Bosco Gonçalves de BARROS¹; Wanderbilt Duarte de BARROS²;
Fabiano Rodrigues de MELO³; Júlio Cesar de Carvalho BALIEIRO⁴.

¹ Estudante do 3º ano da Faculdade de Medicina Veterinária "Octávio Bastos"

² Eng. Agrônomo, Presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN (1989 - 1991) e Superintendente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1990 - 1995) - *in memoriam*;

³ Doutorando em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, ICB-UFMG

⁴ Prof. Dr. da Disciplina de Bioestatística da Faculdade de Medicina Veterinária "Octávio Bastos"

RESUMO: Um dos mais importantes aspectos do problema de preservação da fauna selvagem é, precisamente, aquele que se refere às populações de animais nativas em áreas climáticas semi-desérticas. Essa importância decorre, sobretudo, das condições específicas de origem física que prefiguram a geografia regional.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação, semi-árida, fauna selvagem.

ABSTRACT: One of the most important aspects of the problem of preservation of the wild fauna is in fact that refers to the population of native animals in dry-areas. That importance elapses above all of the specific condition of physical origin that exist the regional geographic.

KEYWORDS: Conservation, dry-areas, wild fauna.

INTRODUÇÃO

As regiões semi-áridas são caracterizadas por apresentar pequeno volume pluviométrico e pela flora que as reveste, toda formada de vegetação condicionada às poucas e pequenas chuvas esparsas. A vegetação esparsa é constituída por espécies resistentes decíduas em geral, bem como formada por plantas armadas, tortuosas e de pequeno porte. O baixo grau de umidade, devido à intensa evaporação, influi diretamente sobre o tipo de flora e atua com esta para marcar áreas limítrofes que definem a fauna regional, ou seja, a ocorrência de espécies animais é condicionada à ecologia das zonas semi-

desérticas (ROMARIZ, 1974).

Um dos mais importantes aspectos referentes à conservação silvestre está, em especial, relacionado à permanência de populações animais nativas em regiões do semi-árido brasileiro. Essa importância decorre, não só das condições específicas de origem física que determinam a geografia regional, como também do grau de ameaça imputado a esses ecossistemas tidos como mais propensos à degradação ambiental. O Bioma Caatinga é considerado o terceiro maior em extensão no país, concentra-se em boa parte do Nordeste, incluindo estados como Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe,

dentre outros, atingindo a porção norte do Estado de Minas Gerais. A Caatinga representa uma das últimas fronteiras agrícolas do país, onde vários trechos, principalmente ao longo do vale do rio São Francisco, estão sendo ocupados por projetos de agricultura irrigada. Poucas espécies da fauna são consideradas endêmicas da Caatinga, como o arapaçu-do-nordeste (*Xiphocolaptes falcirostris franciscanus*), o tico-tico-do-são-francisco (*Arremon franciscanus*), o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*) a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) e ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), esta última considerada uma das únicas espécies de aves do Brasil já extintas na natureza. Diversas outras espécies de ocorrência neste Bioma também se encontram ameaçadas de extinção, seja pela caça ou apanha para venda ilegal, mas principalmente pelo desmatamento em grandes proporções e a retirada de matéria-prima para produção de carvão e lenha. Uma política de conservação efetiva, aliada a princípios de preservação e de repovoamento, constituem um reclamo imediato, dado às condições de degradação a que tem sido asperamente submetida a natureza (VERDADE, 1996; ROBINSON et al., 1999). O homem da região semi-árida do país executa, em busca de mais propícias condições de sobrevivência, em exagerada circulação, atua sem medidas sobre os recursos naturais renováveis. Volta-se de começo para as plantas e animais, destruindo a vegetação rarefeita e transformando-se no predador mais agressivo, aniquilando o ambiente e a vida animal da região (ALVARD et al., 1997).

PRESERVAÇÃO DA FAUNA SELVAGEM

Em decorrência das condições climato-botânicas e edafo-meteorológicas, peculiares à áreas nordestinas brasileiras, a fauna se condiciona, ajusta-se e conforma-se ao imperativo biológico de sobrevivência. Nessa estranha sociedade natural, em meio a vegetação escassa, encontra-se uma fauna que, senão abundante, é todavia significativa. Devido à processos que vêm ocorrendo no Nordeste, raros são hoje, entre muitos, o Guache ou Japuirá (*Cacicus harmorrhous*), a Juruva (*Momotus momota*), o Papagaio do Mangue, Curica ou Ajuru-curica (*Amazona amazonica*), todos desaparecidos parcialmente do Nordeste. Provalvemente ainda ascenderá à elevado número, a quantidade de espécies raras semi-extintas pela ação do homem, se não nos dispuzermos a proteger efetivamente a fauna nativa do país, especialmente aquela que, por força maior de imperativos de sobrevivência, tem sido a mais violentada e sacrificada. A ação do homem tem feito se sentir de diferentes maneiras no Nordeste brasileiro. Entretanto se fez mais intensa através da depredação praticada contra a flora e fauna. Atuando contra aquela, para obter lenha ou ainda para incentivar o pastoreio, no qual a cabra desempenha o papel mais ativo. Centenas de milhares de caprinos rebuscam no chão as hervas mais resistentes à seca e devora parte dos caules de árvores e arbustos, liquidando-os, e abrindo caminho à intensificação do deserto, e ainda lutando contra as mínimas possibilidades de reserva de água. Destruindo a flora, o homem do Nordeste brasileiro abre uma frente de constante hostilidade à qualquer forma de vida animal nativa: emprega-se em atividades cinérgicas

intensas não poupando, por necessidade ou simples prazer que a monotonia da vida estimula, ao que encontra, abatendo para obter alimento, obtenção de couros, peles, penas e plumas, cativando negócios animais como peças ornamentais. Não são observadas, no entanto, por ausência de conhecimento, pela falta efetiva de fiscalização ou ainda, pelo não esclarecimento devido, às leis de caça, de pesca e de florestas. Ao lado da ação destrutiva do homem, impera a permanente força dos elementos da própria fauna local, que atuam, no complexo da natureza, como mediadores das energias vivas. Predadores diversos, de hábitos variados, como lagartos, cobras, roedores de toda ordem, aves, entre outros, formam como rematadores desse trabalho de luta contra a fauna (ABSABER, 1990; COIMBRA-FILHO et al., 1995).

Na região semi-desértica brasileira ocorrem o Guapitanga (*Lycalopex vetulus*), o Lobo-Guará (*Chrysocyon brachiurus*), o Quati (*Nasua solitaria*), a Cotia (*Dasyprocta aguti aguti*) em sua forma típica, o Mocó (*Kerodon rupestris*), o peba ou tatú-peba (*Tatusia novencincta*), os Cervos (*Blastocerus dichotomus*), as Onças Pintadas (*Oncila gottula euliae*), o Teiú (*Tupinambis teguim*) e ainda primatas diversos, além de outras espécies animais. Todos, porém, se encontram em estado de semi-desnutrição, visto que como relatado anteriormente, sobre a influência do homem no habitat e na própria fauna, onde esse tem exercido dupla pressão, exterminando-a e submetendo-a ao imperativo de sobrevivência. Os Cervos Preás e Tatús são dizimados assustadoramente. Mocó, roedor que é típico habitante da zona semi-árida, e que possui carne de bom paladar que a credencia ao

assédio vigoroso do homem, também são exterminados indiscriminadamente. As Onças Pintadas, verdadeiros resmanescentes, são caçadas para obtenção de carne e pele, alcançando preço compensador no comércio local. A fauna ornitológica se caracteriza pela presença da Ema, cuja forma típica dessa região é a *Rhea americana americana*; a Seriema (*Cariama cristata cristata*), que é um dos mais importantes equilibradores ecológicos por serem predadores de ofídios; Codornas (*Nothura boraquira*), a Pomba Cascavel ou Fogo-Apagou (*Scardafella squamata squamata*); a Rolinha (*Columbina picui streptans*); a Pomba de arribação (*Zenaida auriculata*); a Juriti (*Leptoptila verreauxi aproximans*); a Rôla (*Oxyptelia cyanopsis*); a Jandáia (*Aratinga jandaia*); o Maracanã (*Psitacara acutiocaudata haemorrhous*). Esses são os mais representativos e que se sentem mais atingidos pela matança indiscriminada pelo homem, embora ocorram inúmeras outras espécies canoras e ornamentais (ROMARIZ et al., 1974; ALVARD et al., 1997; ROBINSON et al., 1999).

Detivemo-nos apenas na referência à algumas das mais importantes espécies do ponto de vista de utilidade na economia regional da área semi-desértica do Brasil. Muitas outras, entretanto, constituem a fauna da grande massa de terras do nosso país, e há tempos, tanto umas como outras estão à reivindicar medidas protetivas práticas e duradouras.

O papel que representam esses animais no complicado e delicado mecanismo da natureza é de surpreendente sutileza: a diminuição ou o aumento desproporcional de uma determinada espécie responde pela quebra do equilíbrio que há na biodiversidade.

E quanto mais circunstâncias adversas agravarem a terra, mais profundos serão os efeitos perturbadores desse desequilíbrio. A natureza, em seus mais significativos constituintes – solo, água, flora e fauna – reclama em todos os pontos da terra, trabalhos protecionais efetivos, que lhes assegurem a vida e lhes proporcione recuperação fundamental, a fim de restabelecer ciclos de equilíbrio rompidos ou ameaçados de ruptura.

Nas regiões semi-áridas, este esforço deve possuir estrutura definida, e por isso, é de suma importância considerar que a fauna dessas áreas seja mantida em sua linha geral e em suas importantes funções específicas, concluindo que para tanto, seria interessante seguir as diretrizes da política protecional do meio ambiente, especialmente no que se refere à fauna dessas regiões (COIMBRA-FILHO et al., 1995; ALVARD et al. 1997).

Uma política de conservação efetiva, aliada à princípios de preservação e de repovoamento, constituem um reclamo imediato, dado às condições de degradação a que tem sido asperamente submetida a natureza. Ademais, é urgente que, considerando o Nordeste brasileiro, o governo, juntamente com instituições competentes, inicie amplas providências, preservando áreas em diferentes confações da região semi-árida, a fim de que se beneficie, por proteção assídua, se beneficiem os animais das faunas que lhe são pertinentes (ANDRADE-LIMA, 1981; ROBINSON et al., 1999).

CONCLUSÕES

O rumo protecional sugerido nas conclusões à seguir, permiti-nos, meios assecuratórios ao tão urgente e emergente problema do equilíbrio da natureza em sua

manifestação ecológica em superfícies semi-desérticas. Concluimos, pois, serem básicos para a preservação da vida animal selvagem nas áreas semi-áridas:

- procurar determinar os limites das áreas semi-desérticas;

- proceder ao inventário da fauna dessas áreas, subordinando o trabalho, quando possível, ao estudo paralelo da ecologia vegetal, visto esta como fator propício da conservação, desenvolvimento e sobrevivência da vida animal;

- proteção assídua de espécies animais raras, e ainda, estimular sua recuperação natural, qualquer que seja sua função na cadeia biológica na área semi-desértica;

- providências enérgicas de repressão, por período determinado, à qualquer gênero de caça à animais, até que esteja refeito o equilíbrio ameaçado;

- uma vez conhecidos os limites das áreas semi-áridas, e desde que haja condição justificadora, dentro dos moldes das diretrizes da política conservacionista, que seja feito aproveitamento de terrenos para instalação de Parques Nacionais;

- observar a necessidade da constância de uma política de proteção durante os períodos de postura, choco, prenhez e cria, bem como as fêmeas em fase de pré-cobertura;

- aconselhar aos governos interessados, que reservem áreas para refúgio de vida animal selvagem, para que se garanta a preservação das espécies, facultando-lhes ambiente e permitindo posteriores fontes de estudos zoológicos;

- sugerir ainda, aos governos interessados, que criem refúgios para animais de caça e refúgios santuários de preservação integral das espécies típicas;

- alertar aos poderes políticos federais, estaduais e municipais, o interesse pela

promulgação de leis protecionistas, esclarecendo seu modo de execução e interpretação popular;

-sugerir aos poderes públicos e entidades destinadas à proteção dos animais selvagens, intensa e maciça divulgação da utilidade da fauna da região semi-árida junto às populações regionais, proporcionando cursos em escolas de todos os graus, com o objetivo de alertar os habitantes, para a utilidade geral dos animais e, especificamente da fauna local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABSABER, A.N. Paleoclimas quaternários e pré-história da América Tropical. **Rev. Brasil. Biol.** v. 50, n. 4, p.805-820, 1990.
- ALVARD, M. S.; ROBINSON, J. G.; REDFORD, K. H.; KAPLAN, H. The sustainability of subsistence hunting in the Neotropics. **Conserv. Biol.**, v.11, n. 4, p. 977-982, 1997.
- ANDRADE-LIMA, D. The caatinga dominium. **Rev. Bras. Bot.**, n. 4, p.149-153, 1981.
- COIMBRA-FILHO, A. F.; CÂMARA, I. G.; RYLANDS, A. B. On the geographic distribution of the red-handed howler monkey, *Alouatta belzebul*, in North-east Brazil. **Neotropical Primates**, v. 3, n. 4, p.176-179, 1995.
- ROBINSON, J. G.; REDFORD, K. H.; BENNETT, E. L. Wildlife harvest in logged tropical forests. **Biol. Science**, n. 284, p. 595-596, 1999.
- ROMARIZ, D. A. **Aspectos da Vegetação do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 60 p., 1974.

VERDADE, L. M. The influence of hunting pressure on the social behavior of vertebrates. **Rev. Brasil. Biol.**, n. 56, p. 1-13, 1996.